RELEMBRANÇAS...

RELEMBRANÇAS...

Um pouco do que ouvi, vi e vivi às margens do Rio Doce.

Ilustração da Capa: **O Autor**

Diagramação: **Bruno Alves Cirqueira**

Ilustrações Internas: **Luiz Henrique Barbosa Valente**

Revisão: **Iracema Souza Valente Ribeiro**

Valente, Orestes, Souza, 1947 -
V154r Relembranças... : Um pouco do que ouvi, vi e vivi às margens
1.ed. do Rio Doce / Orestes Souza Valente.- - Brasília:
Clube de Autores, 2018.
348 p.

ISBN: 978-85-923932-0-5

1. Literatura brasileira
2. Colonização do Vale do Rio Doce
3. Degradação do Vale do Rio Doce. I. Título.

CDD — B869
CDU — 82-94-

Todos os direitos reservados ao Autor.

Agradeço e dedico esta obra a

todos aqueles, que de uma forma ou outra,

contribuíram para o despontar destas

RELEMBRANÇAS.

As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.
Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.
(Carlos Drummond de Andrade)

NOTA DO AUTOR

Certamente, cada família que viveu na região do Médio Rio Doce, desde o início do século XX até a década de 1960, se encantou com aquelas paragens e muitos ainda se lembram de algumas histórias do período de colonização daquele pedaço do Brasil.

Sem muita pretensão, este livro busca tão somente registrar para os descendentes do Velho Roque e da Dona Salica, bem como para os descendentes de outras famílias que viveram naquela região, um pouco das situações que enfrentaram os colonizadores do Médio Rio Doce, na região leste de Minas Gerais.

Para contar um pouco das histórias daquele período, dividimos esse conjunto de narrativas em três momentos: o primeiro inicia-se ainda nos tempos do Brasil Imperial indo até o início do século XX; o segundo momento, a partir da década de 1930 até 1950; por último, um terceiro momento vai até o início dos anos de 1970.

Os relatos aqui contidos, mencionando histórias do período da Velha República, Política "Café com Leite" como era conhecida, e do período do Estado Novo, na Era Vargas, se baseiam em relatos de pessoas que ali viveram naquela época e também outros relatos extraídos de sites na internet que contam a História da República Brasileira.

Outros trechos deste livro retratam casos narrados por pessoas que viveram naqueles tempos em uma região onde imperava a lei do mais forte. Em meio a um povo rude, além de viverem debaixo de brutais sofrimentos e ameaças de jagunços e pistoleiros, não contavam com qualquer atenção mais digna por parte do Estado.

A partir do início dos anos de 1950, relatam-se fatos vividos ou presenciados pelo autor. Embora as histórias aqui contidas sejam verídicas e algumas tenham sido vividas pelo autor ou por seus parentes, com exceção da família Valente, os nomes dos personagens foram substituídos. Portanto, qualquer semelhança é mera coincidência.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO

PRIMEIRA PARTE: O Vale do Rio Doce, nos Tempos do Brasil Imperial, até o início do século XX

SEGUNDA PARTE: Período entre os Anos de 1930 a 1950

TERCEIRA PARTE: Período entre os anos de 1950 até início de 1970

PREFÁCIO

Dijalma Barbosa da Silva

Ao longo de nossa efêmera passagem pela vida, não fazemos outra coisa a não ser aprender uma lição a cada dia. Caminhamos por diversas estradas, encontramos inúmeras encruzilhadas, paramos em várias estações, brincamos, construímos, destruímos, comemoramos e saboreamos alegrias, choros e lágrimas. A gente nasce sem manual de instrução, e como dizem os poetas "é caminhando que se faz o caminho" e "todos carregam em si o dom de ser feliz".

Todo mundo tem uma história para contar, mas poucos têm o dom de escrevê-la de forma lógica e contextualizada, abrangendo aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e temporais. Esta obra retrata, com fidelidade e lucidez, um pequeno fragmento da rica história de vida do "Seu Orestes" - filho do Seu Roque e de Dona Salica - ambientada às margens de seu querido Rio Doce. Foi bebendo daquela água pura e cristalina, banhando em suas cachoeiras, desbravando matas fechadas, contemplando uma natureza exuberante que o jovem Orestes, sempre atento a tudo que estava acontecendo, cresceu e sobreviveu a um tempo sem lei, numa terra de grandes e pequenos aventureiros, coronéis e jagunços, mas também de muita gente boa, honesta, trabalhadora, generosa cheia de sabedoria e inteligência emocional como seus amados pais – "o Velho Roque e Dona Salica" .

Quando "Seu" Orestes me disse que estava escrevendo um livro, dei-lhe o maior incentivo. Mas, quando me pediu para fazer o prefácio da sua obra, respondi-lhe que deveria procurar um escritor ou alguém com experiência literária. Mas, devido à sua insistência e para não decepcionar o amigo, aceitei seu

pedido. Sem ele saber, tomei a liberdade de convidar um de seus amigos de lorotas, travessuras e pescarias de lá do Vale do Rio Doce para nos ajudar.

Fechei os olhos e perguntei a ele: você pode escrever o prefácio do primeiro livro do "Seu" Orestes? E ele respondeu:

—Oia moço: ocê mi apertô sem abraçá. Eu num sei o qui é um prefaço e num mi cinto a artura de fazê quarqué rabisco no livro de ninguém, muito menos do "Orestim" qui é um sujeito de boa leitura e cunhecimento. Num posso istragá o livro dele! Acho que o sinhô divia percurá arguém letrado, cum isperiênça nas iscrita.

Mas, conversa vai, conversa vem, lhe dei umas dicas de como escrever e boas notícias do velho amigo do peito, reforçando que o "Seu" Orestes faria muito gosto, se ele pudesse escrever algumas palavras, até mesmo para ninguém pensar que tudo aquilo que ele escreveu era mentira mal contada. E ele pensou, pensou, pensou... E respondeu:

—Pensano bem, num me custa nada dá um adjutóro pro amigo.

Então, lhe entreguei algumas folhas de papel pautado, um lápis, uma borracha e um apontador que ele me devolveu, enquanto me dizia:

—Desse troço aqui eu num careço, não, seu moço! Mais, se o sinhô tivé mais uma burracha, eu fico por dimais agardicido.

Então lhe perguntei, porque dispensava o apontador e precisava de duas borrachas e ele respondeu:

—A ponta do laspi, eu faço cum meu canivete e as duas burracha é pruque eu sempre gasto mais burracha de que laspi.

—Está bem! Aqui está mais uma borracha. E quando o senhor termina de escrever?

—Agurinha memo, sô! Inquanto ocê toma meu cafezim

e aprecia umas broinha de mío da patroa, eu rabisco as letra.

Como ele não tinha noção do que era um prefácio, depois de uma hora escrevendo sem parar, rodando a língua de um canto a outro da boca, me entregou o seguinte texto que transcrevo na sua integridade.

.....

Rio Amargo de Minas, 20 de Julio de 2017.

Meu quirido amigo Orestim.

Qui bão tê noticia sua e sabê qui ocê tá vivo e cum saúde e inté virano iscritô famoso.

Quanta sardade das nossa caminhada pelos mato, catano fruta pra matá a fome, istilingue no pescoço e vara de pesca nas mâo, nossa prosa, nossas arte e a casa das prima....

Como o tempo passô tão ligero? E como é verdade o ditado "o qui é bão dura pôco". Como era boa a nossa vida: atarefada mais livre, alegre e sem precupação.

Eu continuo puraqui na mesma labuta de sempre. Casei cá fia do finado "Sô Luis" e ainda continuo agarrado no cabo da inxada, mais grazaDeus cum saúde. O que farta Deus intera!

Pôca coisa mudô, a não cê o nosso Rio Doce que agora tá amargo, azedo e fedorento. Arguns inté trocaro o nome dele pra Rio Amargo de Minas. A água tá vermêia, é uma lama só, corre divagarim e a quarqué inchentisinha invade as marge e deixa um monte de lixo de tudo inquanto é tipo: vrido, lata véia e prástico, sem falá nos veneno de mineração. Os pêxe morrero tudo, e num acha mais nenhum sapo vivo nas lagoa. Se num fosse a água da cisterna, a gente tava passâno sede. GrazaDeus o amigo não tá por aqui pra mode vê essa tragédia de perto. É de cortá o coração e merêjá o zóio d`água. Inda bem qui ocê tá

iscreveno esse livro pra mode chamá atenção pro pobrema.

Ocê adiscurpa o disabafo! É qui as vêis nois fica cum o peito apertado e tem qui falá pra mode num morrê sufocado.

Mais, ocê fica tranquilo que independente dos acontecimento, nois num ismureceu não, e continua cum fé in Deus qui tudo vai miorá.

Eu agora tô muito sastifeito com a visita desse moço que me trôxe boas noticia do amigo e me pidiu pra iscrivinhá um tar de Prefáço pru seu livro.

Purveita qui ocê tá ai im Brasila, e se ocê puracaso vê um desses ome grandão que toda eleição vem aqui pidi o nosso voto, fala preles cumo as coisa aqui tá fêia e pede preles vê se pode dá um jeito nisso e devorvê o nosso Rio do jitim que ele era antes, se não inda pode morrê muita gente puraqui com os veneno que desce na lama.

Adiscurpa mais uma vêis, mais é pruquê eu tô aproveitano a garupa do môço seu amigo pra te iscrevê essa cartinha pra dizê qui pezar de tudo eu tamém tô vivo.

Do fundo do meu coração, desejo tudo de bão pro amigo e sua famía. Qui seu livro seja lido pur muita gente e qui seja só o primêro dos muito que ocê inda vai iscrevinhá.

Qui ocê continue seno abençoado pur Deus e apaxônado pela vida.

Saúde, Paiz, Amô e vida longa...

Deus te proteja e te ajudi.

Sem mais nada pra dizê, dispeço com o sincero abraço do amigo: “Dijasma.

Dijalma Barbosa da Silva é formado em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras- MG. É Pesquisador na Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias –Embrapa em Brasília-DF.

INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica, estendendo-se pelo litoral brasileiro, desde a Região Sul até o Nordeste, foi, sem dúvida alguma, uma das maiores maravilhas do Planeta até o início do Século XX, sendo a Região do Vale do Rio Doce parte integrante daquele paraíso de pura beleza.

Tudo era uma imensidão de mata verdejante a exibir aos céus as copas floridas das quaresmeiras, imbaúbas, dos ipês roxo, amarelo e rosa, entre outras maravilhas multicores que a natureza concedeu àquele pedaço do Brasil.

O caudaloso Rio Doce, com suas cachoeiras de águas cristalinas, juntamente com seus afluentes, serpenteava por entre montanhas e colinas, tornando aquela região ainda mais bela e garantindo a vida da imensa e diversificada fauna e também dos índios ali existentes, nos grotões, furnas e igarapés.

Completando aquela tela, lá estava a Ibituruna, bem à margem do grande rio, sobressaindo-se da selva, exuberante e majestosa. Uma colina verdejante a estampar a maravilhosa pedra negra com seus mil duzentos e vinte e três metros de altitude, formando, assim, uma aquarela digna de orgulho da Santa Mãe Natureza.

Daquela verdejante Mata Atlântica no Vale do Rio Doce, nada mais existe, além de algumas pequenas reservas florestais. Suas árvores gigantes e frondosas estão espalhadas mundo afora, ornamentando os palacetes das grandes cidades brasileiras e de outros países.

A exuberante Ibituruna alegrava a garotada mais corajosa que ousava subir por seus caminhos estreitos e



Família de botocudos 1909 – Foto de Walter Garbe
Fonte: disponível em: www.ambientalhistoriablogspot.com

íngremes nas madrugadas. Depois de longa caminhada, o merecido descanso em suas cachoeiras de águas frias e cristalinas; ao amanhecer, o imenso prazer de assistir, lá do alto do seu cume, o esplendoroso nascer do sol.

Em 1963, lhe deram uma Santa, quando fixaram uma imagem no seu pico; mais tarde, retalharam o seu dorso, onde construíram uma estrada; encheram-na de antenas, dividiram a área em chácaras e pousadas, entre outras especulações. Em nome do progresso, extraíram, e ainda extraem, as riquezas naturais do Vale do Rio Doce, maculando sua magnitude e beleza. Aquele majestoso rio de lindas cachoeiras e correntezas profundas, com seus diversos e imensos cardumes de surubis de mais de cem quilos, as crumatás, piaus, cascudos e mandis, desapareceram. As cachoeiras de brancas espumas, as praias de águas cristalinas, começaram a ser degradadas ainda na década de 1950, com os dejetos siderúrgicos. Por fim, já agonizante, no dia cinco de novembro de 2015, o Rio Doce recebeu o golpe de misericórdia, sendo brutalmente assassinado, quando despejaram, em seu leito, milhões de metros cúbicos de lama mortífera, destruindo tudo o que havia pela frente, inclusive muitas pessoas e animais que a enxurrada encontrou por onde passava.



Índios Botocudos que habitavam o Vale do Rio Doce
Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: www.dougnahistoriablogspot.com.br

PRIMEIRA PARTE

O Vale do Rio Doce, nos Tempos do Brasil Imperial, até o início do século XX

Contavam os mais velhos que algumas localidades daquela região serviram de locais de degredo para os europeus. Segundo histórias, que passavam de geração a geração, Portugal e Espanha, ainda no período do Brasil Imperial, enchiam suas embarcações de homens e mulheres condenados à morte, ou à prisão perpétua, e os traziam para o Brasil. Ao chegarem à Foz do Rio Doce, no Estado do Espirito Santo, os europeus, utilizando canoas, subiam o grande rio, alcançando os seus afluentes e, então, seguiam rumo às cabeceiras desses ribeirões, onde deixavam aquela gente abandonada à sua própria sorte, dentro das matas.

Contavam também que, após a abolição da escravatura, muitos escravos libertos, oriundos de vários municípios mineiros, tais como Manhuaçu, Caratinga, Peçanha e Teófilo Otoni, bem como do sudeste da Bahia, norte Fluminense e Espírito Santo, buscando melhor condição de vida, embrenharam-se nas matas, onde abriram suas Posses de Terra, ao longo do Rio Doce e de seus afluentes, entre eles os Rios Santo Antônio, Bugre, Suaçuí, Cuieté, Caratinga e Manhuaçu. Ao adentrarem nas matas, os antigos escravos e muitos brancos que os acompanhavam, levaram alguns animais domésticos e muitas sementes e mudas de plantas de todas as espécies que cultivaram naquelas terras férteis, garantindo, assim, a sobrevivência naquele Vale Verde, o que contribuiu também para o surgimento de muitos arraiais e povoados.

As diferenças étnicas e raciais não impediam que os índios Botocudos, os negros e brancos vivessem em paz naquela imensidão verde. Porém, a partir do início do século XX, aquela região habitada somente por essa gente embrenhada nas matas, longe de tudo e de todos, despertou a atenção de outros povos, a maioria aventureiros e jagunços vindos de várias localidades do país.

Ao chegarem acompanhados de seus capangas, os aventureiros encontravam muitas áreas de terra prontas, cultivadas. Ambiciosos, as compravam por pouquíssimo dinheiro, quando não expulsavam, ou até mesmo, matavam os posseiros. Ao perderem suas terras, brancos, negros, índios e mestiços, sem outra condição de sobrevivência, logo passavam a trabalhar praticamente de graça, em terras alheias, sem as mínimas condições para criar e bem educar seus filhos. Assim, foram surgindo as primeiras civilizações na região do Médio Rio Doce.

Segundo conta a história, no final do século XIX, o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil iniciou os estudos de viabilidade da construção de uma ferrovia para ligar o litoral capixaba ao Centro Norte do Estado de Minas. Em 1902, o Presidente Campos Sales decretou a construção da Estrada de Ferro Vitoria a Minas – EFVM, que deveria seguir as margens do Rio Doce, desde o Estado do Espírito Santo até o Rio Santo Antônio, em Minas Gerais. Ali, a Estrada entraria à direita para o município de Peçanha, de onde seguiria para Diamantina, região dos garimpos do precioso minério que dera o nome àquele município. Naqueles tempos, havia diamantes por todo o sertão do Alto Jequitinhonha.

Tratava-se de um projeto audacioso, devido às condições da região. Tudo era mata fechada, quase que totalmente inexplorada. O que mais se encontrava naquele imenso vale era febre amarela, paratifo ou impaludismo, entre as onças, jacarés e outros bichos. Não faltavam também os índios Botocudos, ou Aimorés.

A tecnologia era muito atrasada; tudo dependia da força do homem, dos lombos dos burros e dos bois. As escavações eram feitas com picaretas, pás e enxadas; nas derrubadas de árvores para a abertura do leito da estrada, bem como para a fabricação dos dormentes necessários ao assentamento dos trilhos, usava-se o machado e a serra "de Braço". Todo o transporte era feito por meio de carroças puxadas por burros ou bois de arrasto e bois de carro. Sem dúvida alguma, o projeto era mais que audacioso!

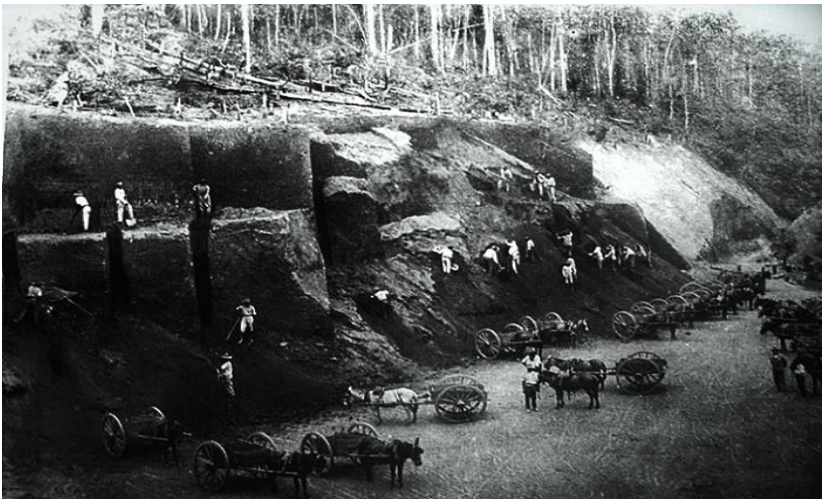
Inicialmente, afirmava-se que a ferrovia seria para escoar a madeira extraída e o café produzido no Vale do Rio Doce. Porém, até muito acima do Rio Santo Antônio, o vale era formado por densa floresta da Mata Atlântica, havendo, por ali, algumas pequenas vilas e pouquíssimos municípios, o que, já naquela época, deixava a dúvida se tal estrada seria mesmo em função do café e do extrativismo daquela região ou dos diamantes do Alto Jequitinhonha. Tal dúvida se justificava pelo fato de já existir o projeto da extensão da Estrada de Ferro Leopoldina, ligando a Capital Federal, no Rio de Janeiro, a Caratinga, onde se encontrava o maior entreposto cafeeiro do Estado de Minas Gerais.

Devido às dificuldades causadas pelas condições da região e a tecnologia disponível na época, somente em 1910, as linhas da Estrada de Ferro chegaram ao Vilarejo de Figueira do Rio Doce, hoje Governador Valadares. No ano seguinte, no Governo do Presidente Hermes da Fonseca, do Partido Republicano Conservador – PRC, a Inglaterra comprou o projeto e mudou o trajeto da ferrovia para Itabira, município localizado no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, no Alto Rio Doce, onde ainda existe uma jazida de minério de ferro quase que inesgotável. Com a mudança do trajeto da ferrovia, criou-se a dúvida se as reais intenções pela construção da

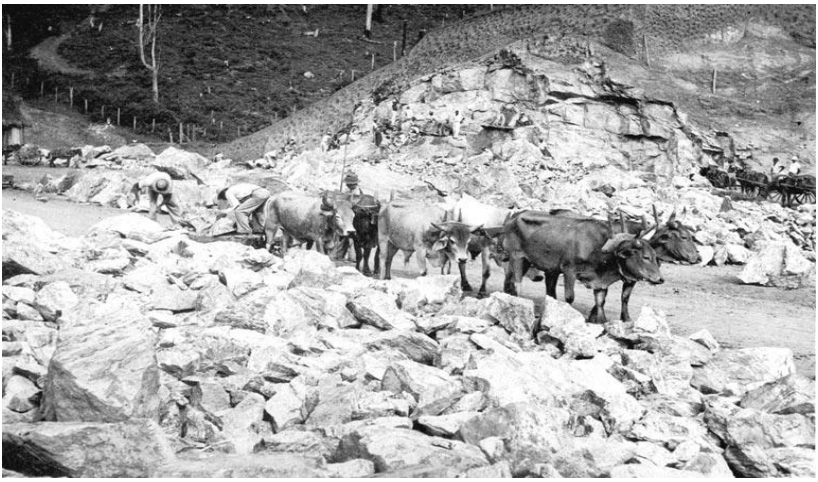
Estrada de Ferro Vitória a Minas foram os Diamantes do Alto Jequitinhonha, o café e a madeira do Vale do Rio Doce, ou se, o que realmente buscavam, era o minério de ferro da Região Central de Minas Gerais.

Com a explosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a construção da ferrovia ficou paralisada até o final da década de 1910, quando nos Governos de Epitácio Pessoa do PRM - Partido Republicano Mineiro e, posteriormente, de Arthur Bernardes, também do PRM, o americano, Percival Farquhar, que havia adquirido o projeto das mãos dos Ingleses, reiniciou as obras, em 1919, mas não as concluiu. A conclusão somente ocorreu em 1942, quando o Governo de Getúlio Vargas, através de um acordo com ingleses e americanos, criou a Companhia Vale do Rio Doce, empresa de capital misto, administrada pelo Brasil, que, a partir daí, ficaria responsável pela ferrovia e pela extração do minério de ferro, porém, tendo os Estados Unidos da América como principal comprador do minério extraído em Itabira e transportado pela Estrada de Ferro Vitoria a Minas. Tal acordo permaneceu até o final da década de 1990, quando no Governo de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, a Companhia Vale do Rio Doce e a Estrada de Ferro Vitória a Minas foram entregues ao capital estrangeiro.

A Estrada de Ferro promoveu grande imigração para a região, principalmente após a Revolução de 1930, quando o Governo de Getúlio Vargas impulsionou a colonização no Leste e Nordeste de Minas Gerais, tornando a Região do Médio Rio Doce altamente produtiva na extração de grande variedade de madeiras, pedras preciosas e mica. Enquanto as linhas da ferrovia se estendiam rio acima, os comboios puxados pelas "Marias Fumaça" desciam carregados com o minério de ferro e



Escavação feita através de pás e picaretas e transportada em carroças de burros.
Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: www.estaçãocapixaba.com.br.



Boiada de Carro, puxando pedras na construção da EFVM
Fonte: Autor desconhecido. Disponível em:www.asminasgerais.com.br

todo tipo de ipês, parajus, jequitibás, jacarandás, cedros, oiticica e uma infinidade de outras madeiras. Nos vagões de passageiros, os negociantes de pedras preciosas levavam esmeraldas, ametistas, rubis, berilos e águas marinhas, entre outras tantas preciosidades.

M

A Mata Atlântica dava lugar à elevação de vilarejos, cidades e fazendas. Inúmeras famílias chegavam ao Médio Rio Doce, vindas de muito longe, viajando de trem, a cavalo e até mesmo a pé. Muitos adquiriam, de alguma maneira, posses de terras; outros viviam da prestação de serviços e a Estrada de Ferro Vitoria a Minas, além de fazer escoar tudo que se extraia e se produzia nas suas imediações, também era responsável por todo o abastecimento de gêneros de primeira necessidade, tais como sal, açúcar, querosene, remédios e ferramentas, alimentando, assim, o comércio que crescia a cada dia na região.

Durante muitos anos, as encomendas de grande e médio porte de mercadorias eram feitas nas Estações da Estrada de Ferro que dispunham inclusive de um Serviço de Correios e Telégrafo aberto à população. A partir das Estações da Estrada de Ferro, tudo era transportado por meio de carros de boi ou por tropas de burros de cargas. As correspondências, que na época se resumiam em cartas e telegramas, chegavam ao destinatário através dos tropeiros e dos mascates, que se embrenhavam pelas matas, seguindo as margens de córregos e ribeirões.



As “Marias Fumaça” subiam e desciam transportando o minério de ferro extraído em Itabira.
Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: www.tremdovale.wordpress.com

As encomendas de grande e médio porte eram feitas diretamente nas Estações da Estrada de Ferro. Era costume os mais ricos encomendarem um vagão cheio de determinadas mercadorias para o seu próprio abastecimento e também para atender aos vizinhos de menores condições, o que, às vezes, gerava alguns transtornos que acabavam se transformando em histórias que passaram de boca em boca, de geração a geração.

Contava-se que certo fazendeiro da região foi até à Estação do Vilarejo de Cachoeirinha e encomendou um vagão de sal. Ao receber das mãos do agente ferroviário o formulário de pedido, o próprio fazendeiro o preencheu e devolveu com sua encomenda. Alguns dias depois, ao receber o aviso de que sua mercadoria havia chegado, o cidadão, em companhia de alguns peões e vizinhos, se dirigiu para a Estação, levando uma boa tropa de burros, alguns carros de bois para buscar sua encomenda.

Chegando à Estação, ao abrir o vagão estacionado no desvio das linhas, para sua surpresa o mesmo estava abarrotado de cal. Ao se deparar com aquela situação, o rico fazendeiro partiu furioso para cima do agente ferroviário:

—Com efeito, seu moço, óia o que ocê fez!

—O que foi que eu fiz, meu Senhor? Perguntou-lhe o funcionário.

—Eu incumendei foi um vagão de sal e ocê me trouxe um vagão de cal.

—Mas, o que o senhor encomendou foi cal! Retrucou o ferroviário enquanto se iniciava uma discussão e, naquele foi não foi, o agente, calmamente, caminhou até os arquivos da Agência, de onde voltou, trazendo a segunda via do pedido do fazendeiro e lhe entregou, enquanto dizia:

—Olha aqui, Senhor, o seu pedido escrito com sua letra!

Se é que podia chamar aqueles garranchos de letras, mas

o Agente insistiu:

—Olha aqui, foi o Senhor mesmo quem escreveu, é cal, ou não é, o que o Senhor pediu?

E o ricaço matuto, pegando o papel e lendo o que escrevera, baixou a cabeça e respondeu:

—É mesmo, óia! Me adiscurpa moço!... E num é que eu cabei esqueceno de botá o cedilha no C!...



A Mata Atlântica dava lugar a elevação de vilarejos, cidades e fazendas.
Fonte: Autor desconhecido. Disponível em: www.oshowdenoticias.blogsport.com

A colonização, embora um tanto desordenada, criou muitas riquezas, levando o progresso não somente ao Vale do Rio Doce, mas também para outras localidades como os Vales dos Rios Jequitinhonha e Mucuri onde se desenvolveram, entre outros, os Municípios de Itaobim, Almenara e Nanuque. Essas Regiões prosperavam assustadoramente com a extração de madeiras, com os garimpos e a pecuária.

Ao mesmo tempo em que as árvores da Mata Atlântica caiam, cresciam as pastagens de capim colonião, nativo na região, e surgiam as grandes e pequenas fazendas pecuaristas. Todo esse progresso que se fazia, desde o Rio Doce até a Bahia, aumentava, a cada dia, a popularidade do Governo Vargas, o que muito preocupava aos seus adversários, que não hesitaram em enviar, para lá, suas tropas de choque, principalmente para as proximidades da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Perigosos jagunços chegavam de mala e cuia e se espalhavam por toda região, principalmente os adeptos da Velha República e do Coronelismo que se viam, a cada dia, mais e mais sufocados por um Governo que se fazia Populista. Muitos foram os "Coronéis" que se instalaram com seus capangas e ali faziam de tudo para impor suas leis e suas vontades.

A partir das imediações das margens do Rio Doce até Peçanha, Teófilo Otoni, Nanuque, Mantena, Caratinga e Manhuaçu, se formava uma região muito perigosa, situação essa que piorou após a construção da Rodovia Rio Bahia, a partir de 1943 e que permaneceu pelo menos até a década de 1960.

Por sua vez, o Governo mantinha os Destacamentos Policiais por todos os lugares**;** a Igreja Católica erguia suas Matrizes nas sedes dos municípios e espalhava Capelas pelos

povoados e fazendas. Todos os Vilarejos, por pequenos que fossem, dispunham de, pelo menos, um Cabo de Polícia e dois Soldados, numa tentativa de manter a lei e a ordem. Os padres também buscavam cumprir o seu papel; mesmo assim, a violência predominava, até mesmo porque, onde a força dos "Coronéis" se sobrepunha, tanto a Polícia como a Igreja, muitas vezes, se via obrigada a fazer um "jogo duplo".

Em todo o Médio Rio Doce, principalmente em Governador Valadares e na região da Guerra do Contestado, entre Minas Gerais e Espírito Santo, era comum as pessoas andarem armadas. Nas ruas das cidades e vilas, os homens andavam com a camisa fora da calça, de forma a não deixarem suas armas totalmente expostas.

A partir de 1940, a Região do Contestado se tornou um verdadeiro Campo de Guerra com as Polícias Militares de Minas Gerais e do Espirito Santo entrincheiradas ao longo da divisa dos dois Estados, prontas para defenderem os interesses dos seus Governadores. Para piorar a situação, de ambos os lados, eram inúmeros os "Coronéis" que, para imporem o seu poder, ou simplesmente por defenderem os interesses dos Governos dos Estados, mantinham seus grupos de jagunços nos dois lados da divisa, numa guerra constante, e a polícia pouco ou nada podia fazer para combater aquela situação de tamanha violência no campo e nas cidades. Em algumas localidades menores, se algum estranho aparecesse pelas ruas, desacompanhado de alguém conhecido, certamente morreria no mesmo dia; isso porque os grupos rivais viam nele um possível pistoleiro, a serviço do lado inimigo e, assim, o indivíduo acabava por se encontrar entre um "fogo cruzado".

Essa disputa que vinha, há muito tempo, em uma espécie de "banho maria", acabou se tornando uma guerra declarada a partir de 1940, durante os governos de Benedito

Valadares, em Minas Gerais e João Punaro Bley, no Espírito Santo e só terminou em 1963, quando o então Presidente da República, João Goulart, após inúmeras negociações, chamando os Governadores de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e do Espírito Santo, Francisco Lacerda Aguiar (Chiquinho), lhes propôs um acordo, o que resultou no fim daquela briga sem sentido.

Na época, alegavam que a principal razão de toda aquela briga entre Minas Gerais e Espírito Santo era a excelente produção de café naquelas terras. Porém, havia quem acreditasse, e ainda há quem acredita, que nada tinha a ver com o café e, sim, com o petróleo no subsolo daquela região; hipótese mais provável, visto que, em 1968, o município de São Mateus, no Estado do Espírito Santo, se tornou um grande produtor de petróleo. Ressalta-se, aqui, que esse município está a apenas cento e cinquenta quilômetros distante de Mantena, em Minas Gerais, o centro da Região do Contestado.

Muitas pessoas que viveram em Mantena, entre os anos de 1940 e 1960, contavam que, naquela época, lá vivia um cidadão muito respeitado, considerado Pastor de uma tradicional Igreja Evangélica e que, embora fosse um Pastor muito fiel, homem de Deus, devido à violência ali existente, andava para cima e para baixo pregando o Evangelho; mas, para maior segurança, levava sempre a Bíblia debaixo do braço e o revólver 38 na cintura.

Por todos os lugares, nas ruas, nas roças e nas matas, as garruchas de todos os calibres, as carabinas 44 (as famosas "Papo Amarelo"), um bom revólver, ou até mesmo uma simples Faca de Ponta (Língua de Tatu), eram companhias inseparáveis dos mais prevenidos. Por ali, se vivia, constantemente, frente a frente com os perigos próprios do mato e, mais ainda, os perigos das tocaias e emboscadas.

Muitas vezes, bastava uma palavra mal interpretada, para tudo se transformar numa questão de vida ou morte.

Muitas pessoas que viveram naquele trecho do Vale do Rio Doce, na década de 1940 contavam que numa localidade entre Lajão, hoje Conselheiro Pena, e o Rio Cuieté, a alguns quilômetros distante da margem do Rio Doce, vivia um fazendeiro muito rico, respeitado e temido, conhecido como "Coronel Galdino".

Chefe político da região, para ele não existia Governo e muito menos Polícia. Naquelas redondezas, mandava e desmandava. Para o povo mais humilde daquele lugar, "Coronel Galdino" falou, "tava" falado.

Esse "Coronel" possuía uma fazenda muito grande, algumas centenas de cabeças de gado bovino e muita mata ainda por derrubar. Pai de uma família pequena, a mulher e mais dois filhos e uma filha que, dos três, era a do meio. Vizinho ao dito "Coronel" morava outro fazendeiro por nome Isidoro que também tinha uma família com cinco filhos e não se dava muito bem com o vizinho poderoso. Por várias vezes, o "Coronel" tentara comprar a propriedade do vizinho e este não a vendia de forma alguma, criando, assim, uma animosidade entre eles.

Na fazenda do "Coronel" Galdino havia uma Capela e, de quando em quando, um padre aparecia por lá para rezar missa e confessar o povo daquela redondeza. Todos os anos, aconteciam os Festejos do Mês de Maria, e também em homenagem ao Santo Padroeiro do lugar.

Certa vez, quando da celebração da Missa e da Festa do Padroeiro, na fazenda do "Coronel", o filho mais velho de Isidoro, rapaz vistoso, muito educado, com seus vinte e poucos anos, se encantou pela filha do poderoso vizinho. Geneci era uma moça muito bonita, com mais ou menos vinte anos, que